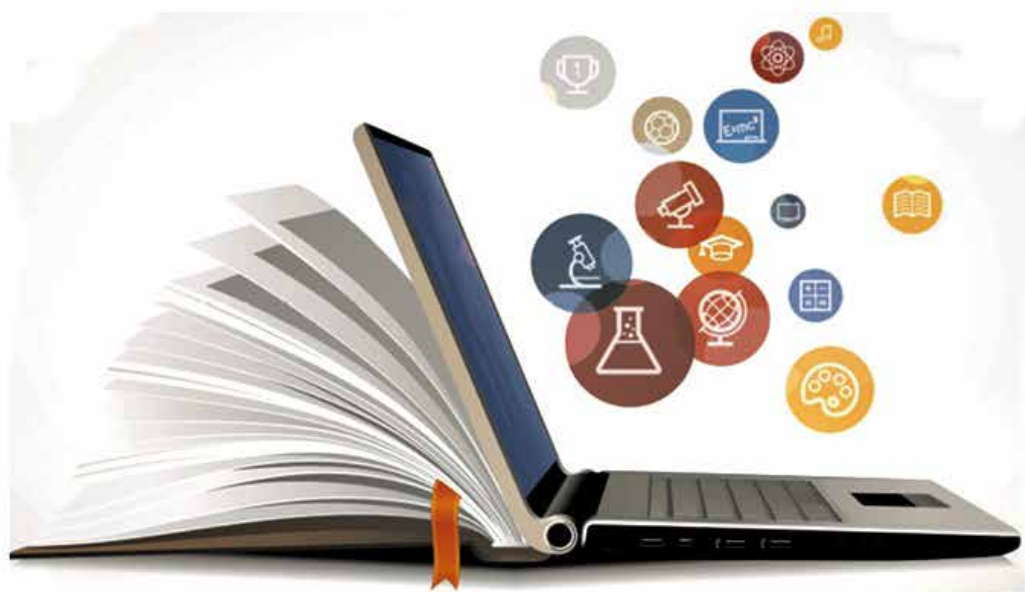


# *Educação e Pesquisa em áreas diversas do conhecimento*

Euzimar Gregório dos Santos  
Regis Flávio Varela de Oliveira  
Fabio Silva de Oliveira  
(Organizadores)



*Libellus*  
Editorial

**EDUCAÇÃO E PESQUISA  
EM ÁREAS DIVERSAS DO  
CONHECIMENTO**

Euzimar Gregório dos Santos  
Regis Flávio Varela de Oliveira  
Fabio Silva de Oliveira  
(Organizadores)

# EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ÁREAS DIVERSAS DO CONHECIMENTO

*Libellus*  
Editorial

João Pessoa  
2020

### Conselho Editorial:

Dilaine Soares Sampaio (UFPB)  
Elisa Gonsalves Possebon (UFPB)  
Fabricio Possebon (UFPB)  
Fátima Sousa Lima (UFOPA)  
Fernando Pita (UERJ)  
Francisco Pegado Abílio (UFPB)  
Luiz Gonzaga Gonçalves (UFPB)  
Monica Simas (USP)  
Sérgio Pereira da Silva (UFG)  
Telmo Adams (UNISINOS)  
Ricardo Lucena (UFPB)

### Capa e Diagramação:

Ricardo Sterchele  
www.frontis.com.br

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação na fonte – Libellus Editorial

Bibliotecária Responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

Ed24

Educação e pesquisa em áreas diversas do conhecimento / Euzimar Gregório dos Santos, Regis Flávio Varela de Oliveira, Fabio Silva de Oliveira. (orgs.) – João Pessoa: Libellus Editorial, 2020.  
162 p.; 14cm x 21cm.

#### Bibliografia

ISBN – 978-65-86720-07-5

1. Educação 2. Educação – pesquisa I. Santos, Euzimar Gregório dos. org. II. Oliveira, Regis Flávio Varela de. org. III. Oliveira, Fabio Silva de. org. IV. Título V. Série

CDU 37

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

1. Educação 370

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito.



## Sumário

APRESENTAÇÃO DA OBRA . . . . .	9
A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: UMA REFLEXÃO . 12	
<i>Fábio Silva de Oliveira</i>	
<i>Flávia Silva de Oliveira</i>	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FATORES Sócio-acadêmicoS QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR DA (ULBRA) UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - POLO - MACEIÓ - AL BRASIL. . . . .	31
<i>Josefa Maria Paixão Soares</i>	
COMO TRABALHAR A INCLUSÃO? QUESTIONAMENTOS DO EDUCADOR DE CRIANÇAS ESPECIAIS. . . . .	49
<i>Rosimar de Jesus Souza Sepulchro</i>	
CONSTATAÇÕES REMOTAS: ALGUMAS CONSTATAÇÕES FEITAS A PARTIR DAS AULAS REMOTAS EM DUAS ESCOLA PÚBLICAS DE UMA CIDADE DO INTERIOR . . . . .	63
<i>Máximo Luiz Veríssimo de Melo</i>	
<i>Aldenize Santana de Souza Melo</i>	
<i>Tiago Santana de Souza</i>	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS OFICINAS DE CARNE SECA NA RIBEIRA DO AÇÚ NO PERÍODO COLONIAL; CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSU/RN/BR . . . . .	75
<i>Regis Flávio Varela de Oliveira</i>	
<i>Maria do Céu de Melo oliveira</i>	
O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SEU PAPEL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR . . . . .	88
<i>Fábio Silva de Oliveira</i>	
<i>Flávia Silva de Oliveira</i>	

ARTE E EDUCAÇÃO: UMA IDEIA QUE DÁ CERTO . . . .	103
<i>Adenildo Pereira Guedes</i>	
EDUCAÇÃO DO CAMPO: ATIVIDADE DE INCENTIVO À LEITURA NA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE . . . .	112
<i>Enzimar Gregório dos Santos</i>	
<i>Fernando Garcia de Oliveira</i>	
<i>Jogerson Pinto Pereira Gomes</i>	
GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: UMA INTER-RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA . . . . .	120
<i>Alexandra Alves Fernandes</i>	
<i>Ana Paula da Silva França</i>	
PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO . . . . .	137
<i>José Ailton Assunção Silva</i>	
<i>Ana Paula da Silva França</i>	
SOBRE OS AUTORES . . . . .	152

## APRESENTAÇÃO DA OBRA

O livro ora apresentado é coletivo, composto por nove capítulos, o mesmo tem em seu conteúdo experiências de pesquisas de autores já desenvolvidas e em andamento.

Na obra atual os autores tratam de temáticas diversas a exemplo da gestão educacional, tendo a mesma de grande importância no âmbito educacional para a qualidade do ensino. Em seguida versa sobre a Educação a Distância: fatores sócio-acadêmicos que contribuem para a evasão dos alunos do ensino superior.

Dando continuidade com a Educação Especial abordando como trabalhar a inclusão? Questionamentos do educador de crianças especiais acerca das formas do tratamento dos alunos especiais no que diz respeito a inclusão na escola regular, mostrando formas do educador especial de trabalhar com estes alunos que estão a cada dia mais na escola regular.

Dessa forma, vem em seguida a temática Educação Remota e as constatações remotas: algumas constatações feitas a partir das aulas remotas em duas escolas públicas de uma cidade do interior - o capítulo trata de aulas remotas realizadas na atual pandemia da COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus.

Em seguida vem a Educação Patrimonial versando sobre as oficinas de carne seca na ribeira do Assu no período colonial; contribuições na educação do município de ASSU/RN/BR – O artigo trata de uma pesquisa que tem como propósito analisar as antigas estruturas das oficinas de carne seca do Vale do Assu.

Na sequência trata-se do Coordenador Pedagógico e seu papel na instituição escolar e suas reflexões na mesma, considerando a importância formação desse profissional e sua contribuição para aprendizagem da equipe pedagógica e dos alunos/as. Os capítulos aqui apresentados são de responsabilidade dos autores.

**CAPÍTULO 01 - A gestão democrática escolar: uma reflexão**

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma reflexão, a partir de leituras e análises de publicação teórica sobre a gestão democrática e seu contexto histórico, marcadamente no Brasil.

Autores: Fábio Silva de Oliveira e Flávia Silva de Oliveira

**CAPÍTULO 02 - Educação a distância: fatores sócio-acadêmicos que contribuem para a evasão dos alunos do ensino superior da (ULBRA) Universidade Luterana do Brasil - Polo - Maceió - Al Brasil**

Este capítulo trata de pesquisa de caráter transversal e observacional, realizada no estado de Alagoas, teve como a amostra total 60 alunos evadidos do Polo Maceió/AL da ULBRA dos cursos de Pedagogia.

Autora: Josefa Maria Paixão Soares

**CAPÍTULO 03 - Como trabalhar a inclusão? questionamentos do educador de crianças especiais**

Este capítulo faz uma abordagem acerca das formas do tratamento dos alunos especiais no que diz respeito a inclusão na escola regular, mostrando formas do educador especial de trabalhar com estes alunos que estão a cada dia mais na escola regular.

Autora: Rosimar de Jesus Souza Sepulchro

**CAPÍTULO 04 - Constatações remotas: algumas constatações feitas a partir das aulas remotas em duas escola públicas de uma cidade do interior**

O capítulo trata de aulas remotas realizadas na atual pandemia da COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus.

Autores: Máximo Luiz Veríssimo de Melo, Aldenize Santana de Souza Melo, Tiago Santana de Souza

**CAPÍTULO 05 - Educação patrimonial: as oficinas de carne seca na ribeira do Açú no período colonial; contribuições na educação do Município de Assu/Rn/Br**

O artigo trata de uma pesquisa que tem como propósito analisar as antigas estruturas das oficinas de carne seca do Vale do Assu, sendo observado desde os primórdios da ocupação na região da nossa capitania hereditária aos passos da província do Rio grande.

Autores: Regis Flávio Varela de Oliveira e Maria do Céu de Melo oliveira

**CAPÍTULO 06 - O coordenador pedagógico e seu papel na instituição escolar**

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre o papel do coordenador pedagógico na instituição escolar, considerando a formação desse profissional e sua contribuição para aprendizagem da equipe pedagógica e dos alunos.

Autores: Fábio Silva de Oliveira e Flávia Silva de Oliveira

**CAPÍTULO 07 - Educação do campo: atividade de incentivo à leitura na Escola Municipal Paulo Freire**

Este capítulo deriva da realização de uma das atividades do Projeto Universidades Cidadãs da UFCG (PUC/UFCG) que atuou em comunidades de agricultores familiares tradicionais, em assentamentos rurais e nas comunidades atingidas pela barragem de Acauã.

Autores: Euzimar Gregório dos Santos, Fernando Garcia de Oliveira e Jorgeson Pinto Pereira Gomes

**CAPÍTULO 08 Gestão escolar participativa: uma inter-relação com a educação especial na perspectiva inclusiva**

O capítulo retrata a importância da gestão escolar participativa e o segmento da modalidade Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Autores: Alexandra Alves Fernandes e Ana Paula da Silva França

**CAPÍTULO 09 - Propostas metodológicas para o ensino de Filosofia no ensino médio**

Versa sobre uma pesquisa tem o intuito de analisar as propostas metodológicas utilizadas para o ensino de Filosofia no Ensino Médio na contemporaneidade.

Autores: José Ailton Assunção Silva e Ana Paula da Silva França

## A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: UMA REFLEXÃO

*Fábio Silva de Oliveira*  
*Flávia Silva de Oliveira*

### Introdução

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma reflexão, a partir de leituras e análises de publicação teórica sobre a gestão democrática e seu contexto histórico, marcadamente no Brasil. Os motivos que nos levaram a refletir acerca desta temática tão discutida, tanto no âmbito da academia, como das políticas públicas governamentais, embora bem menos no contexto escolar, onde estão os principais protagonistas (professores e alunos), foram a importância da discussão da gestão democrática escolar. Para esta reflexão, dialogamos com Araújo (2009), Luck (2009), Paro (2001), entre outros. Da análise do material bibliográfico, obteve-se os seguintes resultados: segundos tais autores, apesar de alguns avanços no que se refere às práticas de gestão democrática na escola, a pública em especial, ainda falta muito para se chegar aos resultados almejados, uma vez que a palavra “democracia” é demasiadamente falada, mas pouca praticada, de fato.

Discutir a temática da gestão democrática na escola é algo muito corriqueiro nos dias atuais, porém pouco praticada, uma vez que apesar dos avanços nessa direção, é preciso mais debate, mas interesse por parte de todos os seguimentos que estão inseridos no contexto escolar.

Gerenciar, de acordo com Zoboli (2004, p. 39), “[...] é a arte de pensar, decidir, agir, fazer acontecer e obter resultados”, entretanto, quando se trata de gestão democrática escolar, se faz necessária uma visão mais abrangente da ação gestora. Isso porque, o gestor escolar, sob a perspectiva democrática deve ressignificar sua ação, comprometendo-se com a

cidadania e a função social da escola, envolvendo nesta ação os agentes sociais (pais, alunos, professores, equipe diretiva etc.) que compõem a comunidade escolar em busca do crescimento e da consolidação de um projeto democrático.

Nesse sentido, Lück (2009) afirma que para o gestor faz-se necessário o desenvolvimento de competências que lhe permitam assumir de forma efetiva o acervo de responsabilidades inerentes às suas funções, compreendendo as diversidades culturais, econômicas, políticas e sociais que permeiam as atividades escolares e o processo educacional como um todo.

No âmbito dessas responsabilidades, Dourado (2007) informa que a gestão escolar deve apreender em que condições as relações sociais se forjam na realidade educativa, devendo-se considerar: a) as relações sociais que permeiam o universo escolar e os diferentes atores que dela fazem parte (gestores, pais, professores, alunos etc); b) as condições para sua proposição, uma vez que a gestão educacional tem natureza e características próprias, que transcendem a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial; e, c) a materialidade, por meio dos projetos de gestão do MEC, das secretarias, dos projetos político-pedagógicos das escolas, do envolvimento da sociedade civil organizada e das condições de formação e profissionalização docentes.

### A gestão escolar democrática na perspectiva dos teóricos

De acordo com Grochoska (2013), a maneira como a gestão escolar é concebida nas instituições de ensino determina como se dão os diversos encaminhamentos educacionais. As interligações, a subjetividade, as estratégias e a concepção sobre educação adotadas pela gestão produzem condições que promovem mais ou em alguns espaços menos a melhoria das escolas. Dessa forma, instrui a pesquisadora:

Compreender a escola como um espaço de produção e socialização do conhecimento e das relações traz subsídios para transformações e mudanças na educação. Assim, a gestão escolar tem grande responsabilidade na efetivação de novos encaminhamentos, em especial no entendimento de que a gestão da escola não repassa apenas pela figura do diretor, numa perspectiva indivi-

dual, mas sim numa construção que é coletiva (GROCHOSKA, 2013, p. 35).

Nesse contexto torna-se relevante compreender quais são as perspectiva da gestão da escola, como ela se dá e se concretiza nos espaços educacionais, cabendo à escola definir o seu projeto educativo, considerando todos os aspectos, sem criar um descompasso entre o que se pensa e diz e o que se tem feito, ou seja, o seu projeto deve ser coerente, claro, participativo, e estar em sintonia com os grupos envolvidos com a escola, ou seja, com a comunidade, alunos e professores, levando-os a uma conscientização ao nível da necessidade de se atender positivamente à diferença cultural.

Para Lück (2009, p. 38), esse momento de definição do projeto educativo se apresenta como inerente e essencial ao processo de gestão, constituindo-se no primeiro elemento constituinte e necessário à gestão democrática escolar: o Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Proposta Pedagógica. De acordo com Araújo (2009), é político pelo compromisso com a formação do cidadão, e pedagógico, pela efetivação da função da escola nesse cidadão. Portanto, o Projeto Político Pedagógico é a forma de “[...] organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, elimine relações competitivas, corporativas e autoritárias, para que ele rompa com o tradicional, diminuindo a fragmentação na escola” (ARAÚJO, 2009, p. 90).

O Projeto Político Pedagógico, segundo Lück (2009) configura instrumento balizador para o fazer educacional pelo qual se viabilizam as propostas de ações educativas. Segundo as palavras de Araújo (2009, p. 89):

O Projeto Político Pedagógico constitui-se no plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática nesse processo de transformação (Araújo (2009, p. 89).

Nesse sentido, elaborar um Projeto Político Pedagógico é de grande importância, pois sendo um instrumento metodológico ajuda a escola a adotar um processo democrático de decisão com a participação dos vários segmentos que a compõem, permitindo assim, identificar os pensamentos dos profissionais, de modo que eles reflitam sobre sua atuação profissional, proporcionando um retorno de sua prática por meio do acompanhamento da evolução de seus desafios profissionais. É também a construção coletiva de um conhecimento e um instrumento de transformação na medida em que expressa o compromisso do grupo de forma ética.

Com relação às perspectivas dos educandos e seus projetos de vida, o PPP pode colaborar para que os mesmos ampliem seus conhecimentos de forma crítica, viabilizando a busca pelos direitos de melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, ainda pode contribuir para que eles compreendam as dicotomias e complexidades do mundo do trabalho contemporâneo e do contexto global, passando a se reconhecerem como sujeitos do processo, confirmando saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida, construindo e se apropriando de conhecimentos para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, ressignificando as experiências socioculturais trazidas de suas comunidades.

Nesse sentido, o PPP ou Proposta Pedagógica, segundo por Lück (2009, p. 38), deve:

- i) ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; ii) ser elaborado de forma participativa; iii) corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos educacionais; iv) explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios e condições para promovê-la; v) ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; e vi) corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar (Lück (2009, p. 38).

Diante do que foi explicitado por Lück (2009), o corpo diretivo da escola, sob a égide da gestão democrática, deve exercer sua liderança coordenando a elaboração e implantação do PPP, estimulando e assegurando que todos os membros da comunidade escolar participem. Além disso, cabe ao gestor liderar, acompanhar e avaliar as metas educacionais



a serem alcançadas, promovendo revisões e ajustes quando necessários, de forma a assegurar a execução do PPP.

Por outro lado, não se pode perder de vista que a escola deve ser um lugar de produção de novos conhecimentos que possibilitem a articulação de diversos interesses de todas as instâncias sociais, dando assim condições para superar a miséria e a marginalidade as quais estão sujeitos alguns membros da sociedade.

Nesse contexto, administrar democraticamente o espaço escolar é uma atividade que exige comprometimento com o fazer educacional. Assim sendo, a condução do PPP comprometido com a formação do cidadão assume uma dimensão política da gestão escolar, devendo, o gestor escolar, conhecer as atribuições ou responsabilidades que correspondem aos cargos e as funções que os demais servidores desempenham na escola para poder conferir as diferentes tarefas a serem cumpridas pelos grupos e equipes de trabalho sob sua coordenação.

O gestor escolar deve sensibilizar as pessoas para o comprometimento quanto aos desafios e os obstáculos encontrados no ambiente escolar, para que não percam seu foco e realmente saibam o que poderão alcançar com seu trabalho. Esse processo deve fundamentar-se nos princípios que garantam igualdade e participação, de forma a incentivar e assegurar à mobilização, a participação de todos e de cada um dos envolvidos para possibilitar a expressão de suas ideias e sua discussão, consideradas no momento da decisão coletiva, uma vez que, de acordo com Oliveira et al (2013), “[...] escola precisa ser organizada no sentido de que suas ações [...] atinjam os objetivos da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos”.

Sobre isso, Araújo (2009) nos informa que ao assumir o planejamento participativo, é necessário que tanto o gestor quanto os demais membros da comunidade escolar tenham a clareza de que planejar consiste em um processo de transformação da escola para alcançar determinados objetivos, sendo necessário que todos tenham consciência das dificuldades a serem encontradas, a partir de si mesmas, uma vez que tradicionalmente não temos vivência democrática.

De acordo com Lück (2009), também compete ao gestor escolar adotar uma orientação voltada para o desempenho das competências inerentes a sua função, buscando em primeiro lugar obter uma visão abrangente do seu trabalho e do conjunto das competências necessárias

para o seu desempenho. Em seguida, estabelecer um programa para o desenvolvimento das competências necessárias para fazer frente aos desafios que se fizerem presentes no cotidiano escolar.

Um segundo elemento a ser destacado diz respeito à autonomia das escolas públicas. O conceito de autonomia, segundo Barroso (2001, p. 16), está etimologicamente ligado à ideia de “[...] autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias”. Entendida assim, a autonomia de uma escola diz respeito a regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos das ações educativas, sem imposições externas, constituindo-se em uma questão fundamental numa instituição educativa a partir de quatro dimensões básicas, relacionadas e articuladas entre si: administrativa, jurídica, financeira e pedagógica. “Essas dimensões implicam direitos e deveres e, principalmente, um ato grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar. As diferentes dimensões da autonomia são interdependentes” (VEIGA; RESENDE, 1998, p. 41).

O Plano Nacional de Educação (2007) afirma a importância gestão democrática na melhoria da qualidade do ensino. A autonomia pedagógica, administrativa e financeira é de fundamental importância para compreendermos os entraves da gestão democrática, sendo válido ressaltar que a limitação da autonomia das unidades escolares já está presente na legislação.

Segundo Veiga e Resende (1998) a autonomia da escola não exige a administração do sistema de ensino da responsabilidade de fixar as diretrizes e as metas de uma política educacional. Mas, quando as escolas não têm suas responsabilidades claramente definidas, a tendência é a administração regulamentar em excesso, e as escolas ficarem imobilizadas aguardando orientações e ordens.

A autonomia financeira está relacionada ao montante de recursos destinados à Educação e ao grau de liberdade que há em seu emprego. Na Constituição Federal de 1988, temos, pela primeira vez, definido o montante de recursos destinados à Educação e a sua origem:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de

transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988, p. 67).

Uma maior especificação dos recursos financeiros para a Educação está determinada pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB, 1996, no Título VII Dos Recursos Financeiros da Educação Pública:

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - Receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - Receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - Receita de incentivos fiscais;

V - Outros recursos previstos em lei. (BRASIL, 1996, p. 42)

No que se refere à organização dos sistemas de ensino na LDB, do artigo 9º ao 11º especifica as incumbências dos diferentes níveis da administração pública, União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios. A União tem o papel de elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, DF e Municípios. Os Estados e DF têm o encargo de elaborar e executar as políticas educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais; aos Municípios cabe a integração de seu sistema de ensino às políticas implementadas pela União e dos Estados.

Os recursos internos para a educação são de caráter público ou privado. Os públicos decorrem das três esferas administrativas: União, Estados e Municípios. Na esfera federal a contabilidade adotada tem caráter mais funcional, redistribuiu parte que arrecada para Estados e Municípios, coordena a política educacional, entrosando os diversos órgãos de planejamento aos planos e programas traçados e sustentados pela política fiscal. Os Estados constituem a esfera administrativa, que tem como incumbência o ensino fundamental, ciclo II, e o ensino médio. Quanto aos municípios, eles têm como responsabilidade a educação infantil (creches e pré-escolas) e ensino fundamental, ciclo I, composto pelas instituições educacionais.

O financiamento da educação no Brasil tem sua principal origem na arrecadação de impostos influenciados pelo desempenho da política econômica vigente. Esses recursos sofrem alterações ano a ano, porque o montante recebido está atrelado à arrecadação de impostos. Neste contexto, o maior desafio encontrado pelo gestor quanto à construção da democracia e da qualidade da educação é fortalecer, de maneira concreta, a participação da comunidade na escola por meio do Conselho Escolar, uma vez que o alcance de suas atribuições e a sua representatividade dependem do entendimento sobre os aspectos legais e técnicos a respeito das políticas educativas, gestão democrática dos sistemas de ensino e, em especial, sobre o acompanhamento e controle social, que, de acordo com Oliveira et al (2013, p. 06) “[...] requer muita responsabilidade dos autores que estão à frente dos processos educativos”.

Dentre os programas de financiamento da educação no Brasil, ganham destaque o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)/ FUNDESCOLA, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares.

O PDE configura um dos programas centrais do governo/MEC, que busca a melhoria da educação a partir de parâmetros de mercado, com a aplicação de estratégias da empresa privada na gestão pública, adotando, nesse caso, princípios de gestão estratégica e do controle da qualidade total, orientada para a racionalização, a eficiência e a eficácia.

De modo geral, o PDE tornou o planejamento das atividades escolares mais organizado e participativo, trazendo instrumentos de diagnóstico e de acompanhamento que facilitam a orientação para a concretização de relatórios, por exemplo. Além disso, percebe-se nas escolas que, com o PDE imprimiu-se uma sistemática para as reuniões rotineiras das escolas, o que para mim é um formato positivo. Por outro lado, mesmo reconhecendo alguns benefícios na organização física e material da escola, o PDE não foi capaz, ainda, de produzir mudanças mais qualitativas no âmbito pedagógico. A dinâmica da mudança pode ser percebida na garantia de insumos como materiais didáticos e tecnológicos, sendo a melhoria pedagógica decorrente dos novos procedimentos inseridos na organização de projetos, estratégias de ensino-aprendizagem e outras formas de gerir a escola.

O Fundescola é um programa do MEC em parceria com as secretarias de educação municipal e estadual das regiões Norte, Nordeste e



[www.libelluseditorial.com](http://www.libelluseditorial.com)  
[contato@libelluseditorial.com](mailto:contato@libelluseditorial.com)